ACTA DA 37a. SESSÃO PLENARIA ORDINARIA

Aos dezesete dias do mez de dezembro do anno de mil novecentos e trinta e quatro, presentes, ás treze e meia horas, no Palacio da Justiça, os senhores Juizes: Desembargadores Sylvio Portugal, Antonio Hermogenes Altenfelder Silva, Arthur Cesar da Silva Whitaker e Fernando Luiz Vieira Ferreira; drs. Alcides de Almeida Ferrari, Plinio Barreto e Theodoro Dias, procurador regional interino; desembargadores João Baptista Pinto de Toledo e Affonso José de Carvalho; drs. Adriano de Oliveira, Arthur Moreira de Almeida e Jorge Araujo da Veiga, os seis primeiros juizes effectivos e os demais substitutos, realizou-se, sob a presidencia do desembargador Sylvio Portugal, a 37a. sessão plenaria ordinaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo. Verificada a existencia de numero legal, o senhor desembargador Presidente ordenou se procedesse á leitura da acta da sessão anterior que, posta em discussão, foi approvada sem reparos. De inicio, o sr. Presidente expõe ao tribunal que, existindo varios recursos que não podem ser instruidos pela Secretaria por estarem os documentos encerrados dentro das respectivas urnas, já apuradas, onde foram collocados pelas Turmas Apuradoras, propunha fossem estas urnas abertas para se retirarem das mesmas os documentos necessarios. Eram ellas as seguintes: nº 577, da 4a. secção de Pitangueiras; nº 1.325, da 3a. secção de Mogy das Cruzes; nº 1.238, da 1a. secção de Rebouças - Campinas; nº 193, da 1a. secção de Bocayuva - Agudos; nº 1.493, da secção unica de Nossa Senhora do Ó; nº 878, da 1a. secção de Corumbatahy - Rio Claro; nº 1.598, da 6a. secção de Belemzinho; nº 1.610, da 1a. secção de Guarulhos; nº 119, da 3a. secção de Mirasol - Rio Preto e nº 590, da 7a. secção de Mocóca - unica de Igarahy. O Tribunal approvou unanimemente essa proposta. A seguir, o sr. Presidente propõe ainda, visto restarem poucas urnas a serem apuradas, fossem dispensadas as turmas apuradoras ora em exercicio, com excepção de tres, ás quaes caberia a apuração das urnas restantes. As tres que continuariam funcionando seriam as seguintes: 14a., presidida pelo dr. Joaquim Mamede da Silva; 15a., presidida pelo dr. Joaquim Can-

dido de Azevedo Marques e 19a., presidida pelo dr. Frederico Roberto de Azevedo Marques. O Tribunal approvou unanimemente, ficando determinado que aos juizes do interior fossem concedidos dois dias, como nos casos anteriores, para dissolução das respectivas turmas e regresso ás suas comarcas. Antes de se passar ao julgamento dos recursos interpostos contra as decisões de turmas apuradoras, o sr. Presidente communica ao Tribunal que o julgamento das impugnações ficara praticamente encerrado na sessão anterior, só restando aquellas cujo julgamento fôra convertido em diligencia por falta de documentos ainda não apresentados ao Tribunal. Em seguida, foi dada a palavra ao desembargador Vieira Ferreira para relatar o recurso nº 1.284, interposto por Carmelo S. Crispino, delegado do Partido Socialista contra a decisão da 2a. turma apuradora mandando apurar a 5a. secção do Braz. la. zona da Capital. Este recurso prendia-se ao facto de haverem sido apuradas cedulas collocadas na sobrecarta ao lado de outra com nome differente em 1º turno, embora da mesma legenda. Manifestou-se o sr. desembargador relator no sentido de ser negado provimento ao recurso, entendendo dever ser annullada apenas a votação do primeiro turno, em que havia divergencia de nomes, sendo, todavia, computada a votação do segundo turno, uma vez que as cedulas eram da mesma legenda. Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se terem dado provimento ao recurso, contra os votos dos snrs: Relator e desembargador Arthur Whitaker. Justificando o seu voto, disse o dr. Alcides de Almeida Ferrari que era pelo provimento do recurso, por entender que a lei determina expressamente, no art. 21, reproduzido pelo art. 44, nº 2 das Instrucções que, "no caso de haver em uma sobrecarta mais de uma cedula, será apurada uma só, si foram todas iguaes, e não valerá nenhuma, si forem differentes." Entendia ser essa disposição expressa com relação ao caso. Falando a lei só em "cedula" não se podia estabelecer differença entre votação em primeiro e segundo turno. Si o primeiro nome for differente em cedulas encontradas na mesma sobrecarta, não são ellas iguaes e, na forma do artigo citado, devem ser annulladas. Segue-se o de nº 1.285, em que é recorrente Carme-

lo S. Crispino, delegado do Partido Socialista e recorrida a 2a. turma apuradora pela sua decisão, mandando apurar a 7a. secção do Braz - la. zona da Capital. Dada a palavra ao relator, dr. Alcides de Almeida Ferrari, manifestou-se S. Excia., tratando-se de caso identico ao anterior, pelo provimento do mesmo, tendo o Tribunal decidido, contra os votos dos desembargadores Vieira Ferreira e Arthur Whitaker, fosse dado provimento ao recurso, Vem, em seguida, o de nº 1.286, em que é recorrente Carmelo S. Crispino, delegado do Partido Socialista, e recorrida a 20a. turma apuradora, pela sua decisão mandando apurar a 8a. secção da Moóca - la. zona da Capital. Manifestou-se o dr. Relator, dr. Plinio Barreto, tratando-se de recurso interposto sob a allegação de haver excesso de sobrecarta sobre o numero de votantes, excesso esse que não havia sido verificado, pelo não provimento ao mesmo. Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se ter o Tribunal, por unanimidade, negado provimento ao recurso, por não ter fundamento. Segue-se o de nº 1.289, interposto por Carmelo S. Crispino, delegado do Partido Socialista, contra a decisão da 3a. turma apuradora, mandando apurar em separado, cédulas com legenda de seu partido, na 17a. secção do Braz - la. zona da Capital. O snr. desembargador Pinto de Toledo, depois do relato do mesmo, foi de opinião que não se tomasse conhecimento do mesmo, por não ter sido o referido recurso tomado por termo. Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se não ter o Tribunal tomado conhecimento do recurso, contra os votos dos drs. Vieira Ferreira, Alcides Ferrari, Plinio Barreto e Jorge Araujo da Veiga. No de nº 1.290, interposto por João Cabanas, candidato pela Coligação Proletaria, contra a decisão da 27a. turma apuradora mandando apurar a 4a. secção do Bom Retiro - 2a. zona da Capital - propoz o sr. desembargador Affonso de Carvalho, depois do relato do mesmo, fosse o julgamento convertido em diligencia. Tendo, durante a sessão, sido apresentado um pedido de desistencia do recurso, assignado pelo proprio recorrente, o Tribunal, por unanimidade, homologou essa desistencia. Segue-se o de nº 1.291, interposto por João Cabanas, candidato da Coligação Proletaria, contra a decisão da 21a. turma apuradora na 4a. secção do Bom Retiro - 2a. zona da Capital. Manifes-

tando-se sobre o caso, foi o snr. desembargador Affonso de Carvalho no sentido de se negar provimento ao recurso, por visar a anulação de uma cedula que continha um signal a lapis. Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se ter o Tribunal negado provimento, contra os votos dos drs. Vieira Ferreira e Jorge da Veiga. Vem, apos, o de nº 1.292, recurso interposto por Arlindo Cardamone, fiscal do Partido Republicano Paulista contra a decisão da 2a. turma apuradora na apuração da 7a. secção da Lapa - 4a. zona da Capital, por haverem dois candidatos nomeados mais de um fiscal. Relatado pelo Snr. dr. Adriano de Oliveira, manifestou ^{se} S. Excia no sentido de ser negado provimento ao recurso, Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se terem negado provimento, por votação unanime. No de nº 1.293, interposto por Pedro de Alcantara Tocci, delegado da Legião Civica 5 de Julho, contra a decisão da 4a. turma apuradora na apuração da secção unica de Cantareira - 2a. zona da Capital, o dr. Arthur Moreira de Almeida, depois do relato do processo, deu o seu voto no sentido de não se tomar conhecimento, por não ter o recorrente apresentado ^{o mesmo} no prazo legal. Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se não ter o Tribunal tomado conhecimento do recurso, por votação unanime. Segue-se o de nº 1.294, interposto por Pedro de Alcantara Tocci, Delegado da Legião Civica 5 de Julho contra a 18a. turma apuradora na apuração da 8a. secção do Bom Retiro - 2a. zona da Capital. Depois do relato, manifestou-se o snr. desembargador Hermogenes Silva no sentido de não se tomar conhecimento da impugnação, sob o mesmo fundamento anterior. Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se ter o Tribunal acompanhado o votodo relator, por unanimidade. No de nº 1.295, interposto pelo mesmo Pedro de Alcantara Tocci contra a decisão da 20a. turma na apuração da 5a. secção de Bom Retiro - 2a. zona da Capital - o snr. desembargador Arthur Whitaker, depois do relato, de accordo com a decisão anterior, manifestou-se no sentido de não se tomar conhecimento do mesmo. Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se pelos mesmos fundamentos não terem tomado conhecimento, por votação unanime. No de nº 1.296, interposto por Pedro de Alcantara Tocci contra a decisão da 12a.

turma na 4a. secção de Sant'Anna - 2a. zona da Capital - o sr. desembargador Vieira Ferreira, julgando-o em idêntica condições, deu o seu voto de accordo com o anterior, Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se ter o Tribunal deixado de tomar conhecimento do recurso, unanimemente. Segue-se o de nº 1.297, interposto pelo mesmo Pedro de Alcantara Tocci contra a decisão da 16a. turma apuradora na apuração da 4a. da Consolação - 3a. zona da Capital. Depois do relato do processo o snr. dr. Alcides Ferrari, deu o seu voto de accordo com o anterior. Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se ter o Tribunal deixado de tomar conhecimento do recurso, sob o fundamento anterior, por votação unânime. No de nº 1.299, interposto ainda pelo mesmo Pedro de Alcantara Tocci contra a decisão da 15a. turma apuradora na 6a. secção de Sant'Anna - 2a. zona da Capital - snr. desembargador Pinto de Toledo, deu o seu voto de accordo com os anteriores, por se tratar de caso idêntico. Ouvidos os demais srs. Juizes, verificou-se não ter o Tribunal tomado conhecimento, unanimemente. Vem, apoz, de nº 1.300, interposto por João Cabanas, candidato pela Coligação Proletaria, contra a 18a. turma apuradora na 8a. secção da Liberdade - 5a. zona da Capital. O snr. desembargador Affonso de Carvalho, depois de relatado processo, tratando-se de caso semelhante ao de nº 1.284, já julgado, deu o seu voto pelo provimento, tendo o Tribunal decidido nesse sentido, contra os votos dos snrs. desembargadores Arthur Whitaker e Vieira Ferreira. No de nº 1.302, interposto pelo mesmo João Cabanas, candidato pela Coligação Proletaria, contra a decisão da 42a. turma apuradora na 1a. secção do Bosque da Saude - 6a. zona da Capital, o snr. dr. Arthur Moreira de Almeida, deu o seu voto no sentido de ser negado provimento ao recurso. Tomados os votos dos demais srs. Juizes, verificou-se ter o Tribunal negado provimento, contra o voto dos snrs. desembargadores Vieira Ferreira, e Arthur Whitaker e do dr. Jorge da Veiga. No de nº 1.303, interposto por Amadeu Narciso Pieroni, fiscal do Partido Republicano Paulista contra a 17a. turma apuradora na 11a. secção da Sé - 5a. zona da Capital, o snr. desembargador Hermogenes Silva, depois de relato, versando o recur-

so sobre nomeação de mais de um fiscal pelo mesmo candidato, deu o seu voto no sentido de se negar provimento. Tomados os votos dos demais srs. Juizes, verificou-se terem negado provimento ao recurso, unanimemente. Vem, em seguida, o de nº 1.304, interposto por dona Alayde Pinheiro Borba, candidata pelo Partido Republicano Paulista contra a 7a. turma apuradora pela sua decisão na 3a. secção de Butantan - 4a. zona da Capital. O desembargador Arthur Whitaker, depois de relato, deu o seu voto no sentido de ser negado provimento ao recurso, por julgar S. Excia que, a omissão ^{na} ~~da~~ acta de encerramento dos nomes de tres fiscaes que votaram, não consistia ~~em motivo~~ ^{em} motivo de nullidade, mas sim, simples irregularidade. Tomados os votos dos demais srs. Juizes, verificou se terem negado provimento, por votação unanime. No de nº 1.305, interposto por José Vicente Alvares Rubião, candidato pelo Partido Republicano Paulista, contra a 6a. turma apuradora na 6a. secção da Consolação 3a. zona da Capital - o desembargador Vieira Ferreira, deu o seu voto no sentido de se negar provimento ao recurso, por se tratar de caso identico ao anterior. Tomados os votos dos demais srs. Juizes, verificou-se terem acompanhado o voto do relator, unanimemente. No de nº 1.306, interposto por João Abilio Gomes, candidato pelo Partido Republicano Paulista, contra a decisão da 2a. turma na 7a. secção de Santa Cecilia - 3a. zona da Capital, o dr. Alcides Ferrari, tratando-se de caso em que foi nomeado mais de um fiscal pelo mesmo candidato, votou, como nos anteriores, no sentido de se negar provimento. Tomados os votos dos demais srs. Juizes, verificou-se terem negado provimento, por votação unanime. Segue-se o de nº 1.307, interposto por José Carlos Pereira de Souza, candidato pelo Partido Republicano Paulista contra a decisão da 13a. turma na 13a. secção da Sé - 5a. zona da Capital. O snr. Relator, dr. Plinio Barreto, disse serem os seguintes os fundamentos do presente recurso: a) por não terem sido tomados em separado os votos dos fiscaes que votaram; b) por terem votado na secção dois fiscaes do mesmo candidato. O relator mandara que a Secretaria informasse si os fiscaes que haviam votado eram eleitores inscriptos regularmente, tendo

obtido resposta affirmativa, com excepção de Miguel Landucci Filho, inscripto em Rio Preto, cujo nome não constava do fichario do Tribunal. Dada a palavra ao dr. Procurador, disse S. Excia., quanto á primeira, que o facto de ter o eleitor votado com ^{o as} sentimento da mesa receptora, em forma legal, sem protesto dos fiscaes, gerava a presumpção de que fosse eleitor regularmente inscripto. Quanto ao caso do fiscal cujo nome não constava do fichario do Tribunal, era muito provavel tratar-se, como tem acontecido com muitas outros, de eleitor cujo processo de inscripção ainda não tenha sido remettido ao Tribunal pelo juiz da zona em que está inscripto. Não existindo, nos autos, prova de que esse fiscal não fosse eleitor e não constituindo nullidade a presença de mais de um fiscal do mesmo candidato, opinava pelo não provimento do recurso. Ouvidos os demais srs. Juizes, manifestou-se o dr. Plinio Barreto de accordo com o parecer do dr. procurador regional: nenhuma prova constava dos autos contra a qualidade de eleitor dos fiscaes. Existia realmente a duvida, que apparecera nos autos, com relação ao eleitor mencionado. Por varias vezes tinha elle exigido a prova cabal da qualidade do eleitor, em casos identicos, mas exigira-o em julgamentos em que o Tribunal actuava ex-officio e nos quaes a promoção de provas lhe cabia precipuamente. No caso, tratava-se de um recurso, cabendo á parte provar não ser o votante eleitor inscripto. Uma vez não estando o processo regularmente instruido, era de parecer que o Tribunal não o poderia julgar procedente. Negava, assim, provimento ao mesmo. O desembargador Hermogenes Silva levantou a preliminar de ser o julgamento convertido em diligencia, para o fim de se provar a qualidade de eleitor do fiscal referido. Rejeitada essa preliminar, contra os votos dos desembargadores Hermogenes Silva e Vieira Ferreira e drs. Adriano de Oliveira, e Arthur Moreira de Almeida, o Tribunal, contra o voto do desembargador Hermogenes Silva por unanimidade, negou provimento ao recurso. Segue-se, finalmente, o de nº 1.308, interposto por Riolando de Almeida Prado, candidato pelo Partido Republicano Paulista contra a decisão da 3a. turma apuradora quanto a 10a. secção de Jardim

America - 4a. zona da Capital - O sr. desembargador Pinto de Toledo, depois de esclarecimento de tratar-se de recurso fundado no facto de haverem sido tomados em separado, ~~mas collocadas~~ **mas collocadas** ~~as cedulas directamente na sobrecarta modelo 18,~~ as cedulas directamente na sobrecarta modelo 18, os votos de doze eeleitores e de haverem votado na secção dois eeleitores com o mesmo nome e numero de inscripção, com relação a um dos quaes apenas, foi tomada a providencia de se recolher em separado o seu voto, manifestou-se S.Excia. no sentido de ser dado provimento ao recurso, annullando-se apenas os votos contidos nas sobrecartas maiores, sem que o fossem, primeiramente, em sobrecartas communs, sem o que estaria violado o sigillo do voto. Ouvidos os demais srs. Juizes, levantou o sr. desembargador Hermogenes Silva a preliminar de ser aberto o pacote, junto aos autos, no qual estavam contidas as sobrecartas maiores, afim de se verificar si já haviam sido as mesmas abertas. Approvada a mesma, contra o voto do des. Pinto de Toledo, verificou-se não terem sido as mesmas abertas, não tendo sido, portanto, apurados os votos nellas contidos. Em todas ellas se encontravam as cedulas, verificando-se não terem sido, realmente, collocadas nas sobrecartas menores. Entre ellas, contudo, havia umaem que se encontrava a sobrecarta menor e a folha de votação do modelo 22, tratando-se do eleitor José Russo, nº 10.594, cujo voto fôra tomado em separado porque, sob o mesmo numero e nome, votara anteriormente outro eleitor. Levantou então o dr. Alcides Ferrari a preliminar de se converter o julgamento em diligencia, para que fossem apresentadas ao Tribunal a urna e as folhas de votação, afim de se proceder ao confronto das assignaturas desse eleitor com a do processo de inscripção e serem feitas as demais diligencias para a competente verificação, por se tratar de dois eeleitores com o mesmo nome. Tomados os votos dos srs. Juizes, verificou-se ter o Tribunal convertido o julgamento em diligencia, contra o voto do sr. desembargador João Baptista Pinto de Toledo, sendo designado para relator o snr. dr. Alcides de Almeida Ferrari. Devido o adiantado da hora, o sr. Presidente, depois de convocar todos os senhores juizes para a proxima reunião a realizar

se no dia seguinte, ás mesmas horas e local, encerrou os trabalhos do dia, ordenando que delles se lavrasse a presente acta, que eu, José Felix Alves de Souza, Secretario, redigi e assigno.